

PDS defende um salário limite ^{AVC p2}

O PDS votará na Constituinte pela limitação dos salários dos servidores públicos a 90% do que recebem os ministros do Supremo Tribunal Federal, conforme emenda apresentada pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS). Os ministros, de outros tribunais superiores e parlamentares receberiam o mesmo que os ministros do STF.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), disse não ser compreensível como um coronel da PM de São Paulo pode ganhar Cz\$ 638 mil mensais, três vezes mais do que um ministro do Supremo Tribunal e 300 vezes mais do que o salário mínimo pago aos trabalhadores.

ESCALA

O senador Jarbas Passarinho considera que há um grande desnível entre o maior e o menor salário do serviço público e que isto não pode continuar. O ideal seria que essa diferença fosse no máximo de 18 vezes, como em países nórdicos. Contudo, é quase impossível uma redução nessa proporção no quadro administrativo brasileiro por causa de suas peculiaridades.

O PDS não tem, ainda, um cálculo sobre as diversas proporções, mas a tendência predominante é de

evitar disparidades entre as mesmas carreiras, o que ocorre com muita frequência na administração. A idéia de Faccioni é de uma proporcionalidade entre todos os servidores da administração direta e indireta, acabando-se, também, com todas as vantagens, exceto o adicional por tempo de serviço. Este será pago por cada ano, não havendo superposição de percentagens.

Observa Faccioni que "se tornou modismo a criação de vantagens indiretas para determinadas categorias de servidores, a título de gratificação, indenização e outros rótulos, que fazem com que a remuneração global suplante em muitas vezes o vencimento básico, mas sem que haja um tratamento isonômico entre categorias e cargos de carreiras do mesmo nível".

A limitação dos servidores no nível do ministro do Supremo Tribunal Federal, cujo salário seria fixado pelo Congresso, sem pagamento de quaisquer adicionais, permitiria um controle da população sobre todos os outros. Como no Executivo (exceto o Presidente da República) o ministro de Estado é o cargo mais alto, equivalendo-se aos parlamentares no Legislativo, todos receberiam salários iguais.

18 AGO 1987